



Walter Lippmann e John Dewey: crise e utopia da opinião pública no período entre-Guerras

Francisco Rüdiger

Resumo: Examina-se no artigo o diagnóstico sobre a fortuna da imprensa e o estatuto da consciência pública elaborado por Walter Lippmann, “um dos mais estimados teóricos e defensores do manejo da opinião nos Estados Unidos durante os anos 1920” (Ewen, 1996, p. 146). Liberal progressista em sua juventude, o jornalista e escritor sonhou com uma reforma do jornalismo capaz de torná-lo força iluminadora da nova era democrática. Escolado em sua experiência de assessor do Comitê de Informação Pública do Governo norte-americano, ele todavia acabou se tornando cético a esse respeito após a I Guerra Mundial. Sucumbindo em uma forma de niilismo teórico, o autor concluiu que o público se tornou uma espécie de fantasma da informação que a imprensa faz circular na era das massas. O artigo encerra com a réplica que a essas ideias apresentou o filósofo John Dewey.

Palavras-chave: 1. Walter Lippmann: imprensa e democracia; 2. John Dewey: imprensa e democracia; 3. Teoria do jornalismo: Walter Lippmann e John Dewey

Walter Lippmann e John Dewey converteram-se com o tempo em referências inescapáveis dos relatos sobre a conexão da imprensa com as mudanças no processo de formação da opinião pública em nosso tempo, ao disputarem o significado e alcance do desenvolvimento tecnológico e econômico em meio ao que eles chamavam de Grande Sociedade (cf. Splichal, 1999, p. 133-168; Gary, 1999, p. 15-37; Schudson, 2008). Quando os Estados Unidos se converteram de país agrícola, baseado no pequeno negócio,

para a condição de potência industrial altamente urbanizada, em que o poder econômico e político acabou concentrado, os fundamentos democráticos de seu liberalismo, se não perderam a propriedade, como acabou pensando o primeiro, ao menos se tornaram problemáticos, como defendeu o segundo.

Ambos reagiram à formação de um capitalismo corporativo de forte desenvolvimento tecnológico, em que o espaço público passou a ser objeto de intervenções propagandísticas de interesses altamente organizados. Lippmann propôs uma reinterpretação dos fundamentos da democracia, mediante o controle do poder político por uma espécie de tecnocracia pluralista, antes de abandonar o assunto ao destino. Dewey defendeu sua reanimação, mediante o investimento crítico e intelectual das forças sociais progressistas nas instituições formadoras da cidadania, com base numa utópica ideia de comunicação.

Os autores acompanharam com interesse e reflexão as transformações estruturais sobrevindas à sociedade norte-americana na virada para o século XX. Entre outros aspectos, chamou-lhes à atenção a ruptura que estas mudanças, vistas em escala nacional, importava para os princípios de sociabilidade tradicional e o credo liberal e democrático com que o país havia sido fundado e crescido. As pessoas estavam passando a depender de processos sobre os quais tinham pouco ou nenhum controle individual, embora fossem eles cada vez mais decisivos na condução de suas vidas.

A revolução nos transportes e comunicações, combinada com a formação de vastas empresas e associações profissionais, em um meio cada vez mais urbanizado, tinha impactado na maneira como as pessoas formavam sua experiência. Os autores citados merecem destaque, na medida em que pensaram essa questão de um modo paradigmático para as discussões que ainda hoje se travam sobre a matéria.

Segundo Lippmann, foco de nosso estudo, o principal efeito desse processo todo é o aparecimento de uma massa em lugar do público. O público se converte em fantasma, em meio a uma época na qual a experiência é substituída por estereótipos. As pessoas não têm mais como se manter bem informadas, mesmo o desejando, em meio a circunstâncias que estimulam a despolitização e sua consciência. O cidadão tende a se comportar de maneira

irracional, agora que a vida social se fragmenta em setores cada vez mais complexos e especializados.

O público capaz de se inteirar de situações complicadas, interagir racionalmente e deliberar com um mínimo de certeza, se existiu, ficou para trás. As circunstâncias o superaram. O poder político não tem mais como ouvir racionalmente as pessoas que o instituem, devendo organizar a opinião para a imprensa, em vez de a ela a deixar entregue. As pessoas devem se contentar estar informadas sobre como ele enfrenta os problemas do país, agora que se tornou indispensável desenvolver e manter a publicity governamental.

Terminando pela síntese da réplica que Dewey ofereceu a suas ideias, o principal nas páginas que seguem gira em torno do diagnóstico feito por Lippmann a respeito do papel da imprensa em todo este processo.

1. Lippmann, imprensa e democracia

Walter Lippman (1889-1974) confrontou-se com a imprensa do pós-Guerra como um liberal progressista que, mais tarde, migraria, ainda que não permanentemente, para o conservadorismo democrático, após ter flertado com a tecnocracia, à época em que escreveu sobre a então emergente “maquinaria de comunicação” ([1922] 1965, p. 208) e sobre a fortuna da opinião pública no que chamava de Grande Sociedade. Como tantos outros intelectuais de sua geração, ele foi impactado em sua juventude pela maneira como a guerra foi conduzida e, ainda mais, pela forma como seu país interveio na sociedade civil, para conseguir o apoio necessário à entrada e engajamento da população no conflito. O público está começando a ter a opinião fabricada para ele, em vez de ser sua fonte. “Em meio à geração atualmente no comando dos assuntos públicos, a persuasão se tornou uma arte autoconsciente e uma arma regular do governo” (p. 248).

Antes da Guerra, pensava o autor que, paralelamente à transformação de seu país em potência econômica mundial, estavam surgindo as condições sociais e as forças políticas não apenas capazes de controlar o poderio das corporações como de promover racionalmente a democracia em escala de massas nos Estados Unidos. Embora tivesse

praticado o “muckracking”, nessa época ele, contudo, se tornou seu crítico, situando-a no mesmo nível das práticas de “publicity” com que se fazia acompanhar o avanço do poder corporativo. Para ele, a reforma do jornalismo, atividade a que se dedicava, deveria ser feita contra ambas (a publicity e o muckracking), porque a instituição representava um importante fator na evicção do irracionalismo promovido pela sociedade de massas e explorado pelas forças políticas antiliberais.

Nesse período, defendia o autor a tese de que “o jornal é literalmente a bíblia da democracia, o livro com base no qual o público determina sua conduta, o único livro sério que a maior parte dele lê, o único que ele lê todos os dias” (Lippmann, 1920, p. 47). A capacidade de determinar o que nos vai ocupar a consciência é algo que, agora, lhe pertence. O liberalismo clássico se contentava em tolerar a opinião, mas o problema é que, chegada a democracia de massas, essa opinião passou a ser a base do governo. O jornalismo se tornou fundamental para se entender os fatos que rebentam a toda hora e lidar com questões intrincadas, que a igreja e a escola não permitem entender, numa época em que “a manufatura do consentimento se tornou uma empresa privada sem nenhuma regulamentação” (p. 5).

Lippmann aderiu ao pensamento positivista e, com base nele, supôs que se poderia reformar a imprensa de acordo com o conceito de verdade informado pela ciência de seu tempo. Na juventude, ainda, ele se deixara contagiar pelos progressos ocorridos nessa área, passando a crer que a ciência era o único meio de acesso à verdadeira realidade. A ciência se projeta, segundo ele, como eixo intelectual de vida moderna, com base em uma visão baseada nos fatos, uma concepção realista do conhecimento. O liberalismo reformador que professava, todavia, o impulsionava a crer também no poder transformador do conhecimento científico num sentido popular e cotidiano. A formação científica, para ele, poderia ser estendida a todos e, assim, colaborar na manutenção do progresso social e democratização da sociedade.

Para o autor, apenas se pode condenar, portanto, a doutrina de acordo com a qual os jornais devem decidir o que é bom para o público, em vez de pura e simplesmente publicarem a verdade.

As formas de inverdade mais destrutivas são o sofismar e a propaganda, quando feitas por aqueles cuja profissão é reportar as notícias. As colunas de notícias são veículos populares. Quando aqueles que as controlam se arrogam o direito de determinar de acordo com sua própria consciência o que deve ser relatado e com que propósito, a democracia sai prejudicada. A opinião pública se vê bloqueada (p. 10-11).

Lippmann formou seus primeiros pensamentos em época na qual, apesar das contradições, ainda era possível crer na fantasia liberal tardia de um regime de governo baseado numa opinião pública formada em toda a extensão da sociedade. Os conflitos sociais e disputas políticas eram abertos o suficiente para o liberalismo progressista supor que se poderia controlar as corporações, domesticar os muckracers e conduzir a administração pública com base em um consenso formado livre e racionalmente de acordo com a vontade de todos os cidadãos (Lippmann, 1914, p. 4).

Durante a I Guerra, o autor, no entanto, viu confirmados seus piores sentimentos em relação à fortuna da opinião pública na sociedade do século XX, chegando à conclusão, elaborada um pouco mais tarde, de que as pessoas podem ser levadas a agir, sem que tenham chegado a um verdadeiro consenso, através da ação e das técnicas de propaganda (Lippmann, [1922] 1965, p. 236-238). O Comitê de Informação Pública dirigido por George Creel (1920), cujas ações conheceu pelos bastidores, foi para ele, como muitos outros de sua geração, prova de que era possível impor “o que bem poderia ser chamado de uma opinião pública por toda a América” (p. 47).

O emprego estratégico de símbolos, a propaganda, revelou que, em situação de urgência, ao menos, as massas podem ser manipuladas sem real conhecimento dos fatos, apenas com base no controle da informação, o emprego da coerção institucional e a exploração de estereótipos. O refinamento dos mecanismos de “manufatura do consentimento” chegou a tal ponto que se evidenciaram “as oportunidades de manipulação ao alcance daquele que entender o processo” (p. 158; cf. p. 236).

Lippmann percebeu a dependência desse fato às mudanças mais amplas que vinham ocorrendo no contexto institucional de sua sociedade, centrando suas análises na questão da opinião pública. Ainda em *Drift & Mastery* (1914) começara o autor a levantar suspeita sobre o sentido e valor da massa de informações oferecida ao homem moderno pela imprensa. A conclusão que tirou foi a de que, como estava organizada, aquele não nos dá senhorio sobre a realidade. Nos últimos anos, observara, a humanidade desenvolveu novas necessidades e, de acordo com elas, “o mundo estava sendo alterado muito radicalmente” (Lippmann, 1914, p. 9). O problema era a contradição entre este novo fato e os velhos hábitos mentais da população, atestada na sua resistência à impessoalidade e abstração da vida moderna (p. 154), que, de início, ele pensou que uma reforma do jornalismo, visto não haver volta ao passado (p. 196), resolveria.

O pensador operou com a teoria da agulha hipodérmica, mas criticamente. O poder da propaganda é função de uma série de mudanças que estavam acontecendo no mundo, pois ela recruta suas vítimas entre a gente que, por força destas alterações, “está perdendo seu próprio modo de apanhar os fatos relevantes do ambiente” (1920, p. 54). Os acontecimentos estão se tornando cada vez mais inacessíveis à nossa experiência, numa era em que os meios técnicos projetam nossos relacionamentos num universo cada vez mais vasto e, por isso, a condução de nossas vidas está deixando de ser guiada pela realidade imediata, para seguir os relatos, rumores e opiniões veiculadas pela imprensa.

Vivemos em grandes cidades sem conhecimento de nossa vizinhança, as lealdades locais se perderam e nossas associações estão espalhadas por vastos territórios, cimentados por pouco contato direto (1914, p. 153-154).

O principal efeito disso é que está havendo uma “ruptura dos meios de conhecimento público” (1920, p. 55). A experiência tem revelado que, sob a influência da imprensa e suas manchetes, as pessoas estão se deixando contagiar irracionalmente a respeito de fatos com que não tiveram contato ou realmente desconhecem, porque não tem informação objetiva sobre suas circunstâncias. O conhecimento de que dispõe é o oriundo de notícias, elaboradas de acordo com os interesses dos editores, relações públicas e partidos políticos. O surgimento de um processo em que a substância viva da elaboração da

opinião e eventual tomada de decisão por parte do público “estão sujeitas a todo o tipo de preconceito e à constante exploração [por parte daquelas forças]” é o sinal mais eloquente dessa situação no plano político (p. 63).

2. O público como espectro

De início, recordemos, o jornalismo ainda parecia a Lippmann capaz de inserir ordem epistêmica na sociedade e, assim, criar bases para a legitimação da opinião pública na era democrática de massas. Havendo uma reforma do jornalismo, poderá aparecer uma cidadania de acordo com as exigências dos novos tempos. Lippmann acreditava que “não deve existir lei maior no jornalismo do que contar a verdade” (1920, p. 13). Apenas com o fornecimento de notícias relevante e confiável seria viável a refundação do regime. Os propagandistas e censores “estão pondo uma tela pintada onde deveria haver uma janela para o mundo” (p. 12). Apesar disso, havia esperança em suas análises. “As notícias são a principal fonte da opinião com a qual os governos agora se conduzem” – e assim há interesse deles em intervir (p. 12).

Ainda nessa época, contudo, ele, como dito, começou a notar que o problema não era apenas o da propaganda, porque esta mesma não passa de expressão de uma civilização que desafia nossa capacidade de observação.

O mundo sobre cuja opinião supõe-se que cada um de nós deva ter se tornou tão complicado que desafia os poderes de nosso entendimento. O que se sabe dos eventos que importam, dos propósitos do governo, das aspirações populares, da luta de classes, nós o sabemos de segunda, terceira ou quarta mão. Não temos como ir até eles e ver por nós mesmos. [...] Em meio a tudo isso, o homem comum fica com chavões e manchetes, ou nada (p. 37-38).

Para o autor, o problema todo seria que “o mecanismo fornecedor de notícias se desenvolveu sem planejamento” e, agora, não há pontos em que se possa determinar “a responsabilidade pela verdade” (p. 41). Entre a testemunha dos fatos e o leitor passou a existir “um vasto e custoso aparelho de edição e transmissão” (p. 41). O jornal lida com as informações de acordo com os costumes e ideias de seu grupo social de referência, mas

estes, em conjunto, são cada vez mais “o produto do que disseram antes os próprios jornais” (p. 49).

Portanto, o principal desafio era o de desenvolver meios “de proteger e fomentar a veracidade da informação com base na qual nós agimos” (p. 68). Insistindo na necessidade de formação profissional dos jornalistas, a preocupação não era tanto garantir que os fatos predominassem sobre a propaganda. O essencial era providenciar para que eles fossem bem colhidos e elaborados para o público. Em última análise, o importante era a criação de condições para “remeter nossas opiniões a fatos neutros” (p. 99). Havia esperança de se poder, com a ajuda do jornalismo, retomar o contato com a realidade “que consolidadamente estamos perdendo, desde que a democracia da cidade pequena foi absorvida na grande Sociedade” (p. 100).

Como ele dizia, “a reforma da estrutura de notícia existente pode ser útil à democracia, de acordo com as linhas gerais sugeridas, mediante o treinamento dos jornalistas e o desenvolvimento do registro e análise dos fatos por especialistas” (p. 101), por mais que haja resistência por parte daqueles que controlam o sistema. A salvação não seria fácil, visto o perigo de ascensão de um regime totalitário no horizonte, mas não impossível, sobretudo se houvesse uma união da esquerda e direita, dos trabalhistas e liberais em favor da reforma, lutando por um serviço de notícias objetivo, neutro e imparcial, puramente profissional (p. 103; cf. Schudson, 1978, p. 150-156).

Depois de *Public Opinion*, Lippmann, contudo, acabará renunciando à ideia de salvar a consciência democrática mediante a reforma do jornalismo. A sociedade moderna passa a ser para ele “algo não visível para todo mundo, nem contínua ou totalmente inteligível. As seções visíveis para uma parte não são para outra, uma série de atos é inteligível para este grupo, mas não para aquele outro” (Lippmann, [1927] 1993, p. 32). No lugar do público, apareceu uma massa “sujeita à constante sugestão”, que não lê a notícia de modo imediato ou refletido, mas “através de uma aura de sugestões a seu respeito”. Os fatos lhe chegam através das lentes de estereótipos, das quais os jornais precisam lançar mão e,

assim, reproduzirem, se não quiserem perder contexto com seus leitores ([1922] 1965, p. 247).

Os críticos e defensores da imprensa supõem que ela pode fornecer os subsídios informativos para as pessoas formarem sua opinião e, assim, deliberarem sobre os assuntos de interesse público, variando apenas o entendimento sobre a partir de que ponto. O fato, contudo, é que, nas condições existentes, “a natureza das notícias e das bases econômicas do jornalismo parecem mostrar que os jornais necessária e inevitavelmente refletem e, portanto, em maior ou menor medida intensificam a desorganização da opinião pública” (p. 32).

O jornalismo não pode ser reformado, porque o problema com ele reside na sua própria forma de elaboração do conhecimento, na notícia. Os fatos poderão ser, por ele, melhor organizados, formulados e formatados. O conhecimento público se beneficiará do aperfeiçoamento de suas rotinas em termos éticos e profissionais (p. 350). O problema de fundo, no entanto, persistira. “A função das notícias e sinalizar um evento, a função da verdade é revelar fatos ocultos”, de modo que só ocasionalmente e em poucos casos elas se confundirão no jornalismo.

Todo jornal chega ao leitor como resultado de uma espécie de seleções a respeito de qual item será impresso, em que posição será impresso, quanto espaço ele ocupará em comparação com outros, que ênfase ele deverá ter. Não há padrões objetivos nesta questão. Apenas convenções (p. 354).

Segundo Lippmann, “a imprensa não está organizada para fornecer diariamente a quantidade de conhecimento que a teoria democrática da opinião pública exige”, porque “a imprensa lida com uma sociedade no qual as forças governantes são muito mal registradas” (p. 361). Porém, mesmo que não fosse assim, ela seria uma instituição capenga, desde o ponto de vista do saber requerido para o exercício da cidadania numa sociedade global de alto desenvolvimento tecnológico e material. A notícia é limitada, enquanto a sociedade é ilimitadamente complexa; o saber supõe um apetite pela verdade que, na prática, é

extraordinário e, mesmo que fosse profundo e bem distribuído, não teria como ser correspondido pela atividade jornalística (p. 362).

Por isso, “não se pode mais supor que um mundo puxado pela divisão do trabalho e pela distribuição da autoridade possa ser governado pela opinião universal de toda a população” (p. 362). Os jornais e revistas não têm como ajudar a criar uma verdadeira opinião pública. A imprensa é um negócio que, antes disso, “precisa respeitar o ponto de vista do público consumidor” (p. 324). As pessoas, em sua maioria, têm, agora, pouco interesse pelas notícias sérias e, por isso, a tendência é estas serem padronizadas, através do uso das agências de notícias. A elaboração especializada tende a se tornar residual e, por isso tudo, é preciso abandonar a teoria do cidadão bem informado, em favor de um arranjo tecnocrático das instituições, se é para se entender e ajudar a manter o regime democrático (p. 364-365).

Sucumbindo num completo niilismo, o autor afirma em seu último trabalho relevante sobre o que estamos tratando (*The public phantom*, 1927) que nenhum esquema educativo ou maquinaria de publicidade pode nos equipar publicamente para responder ao conjunto de problemas e desafios com que agora se defronta a humanidade. Na sociedade de massas, ninguém pode saber, e muito menos está interessado em saber tudo o que veiculam os meios de comunicação (p. 33-34). “O público consiste basicamente em pessoas ocupadas lendo os jornais por cerca de meia hora ao dia” (p. 109). As pessoas veem e se interessam pelo mundo de maneira fragmentada, embora se continue, fantasmagoricamente, supondo que “exista uma opinião pública sobre a conduta geral da sociedade” (p. 35).

De fato, o povo não governa mais: “o povo apóia ou se opõem aos indivíduos que realmente governam” (p. 52). O governo age de acordo com as informações de que dispõem, em vez de obedecer à opinião pública, desde o ponto de vista de uma democracia plebiscitária. As informações que manuseia publicamente, embebidas por, no máximo, um clima de opinião, provêm essencialmente dos jornais. O resto todo são fantasias oriundas de um tempo passado:

Sempre se acreditou que se o indivíduo dispusesse de mais informações, adquirisse mais interesse, no mínimo lesse mais e melhores jornais, ouvisse mais palestras e lesse mais relatórios, ele gradualmente seria treinado a dirigir os assuntos públicos. Tudo isso é falso, baseia-se numa falsa concepção da opinião pública e numa falsa concepção acerca da maneira como o público atua. Nenhum esquema razoável da educação cívica pode provir daí, nenhum progresso pode ser feito no sentido deste ideal inatingível (p. 136).

Atualmente, “O indivíduo não possui opinião sobre todos os assuntos públicos, não sabe como enfrentá-los, não sabe o que está acontecendo, porque algo está acontecendo e o que está para acontecer” e, por isso, não se pode saber como “a composição da ignorância individual de massas do povo poderia produzir uma força continua no sentido da direção dos assuntos públicos” (p. 29).

Tendo entrevisto a função dos símbolos na vida social, Lippmann não obstante os diferenciou em falsos e verdadeiros, postulando que só os empregados pela ciência estabeleceriam adequação com a realidade. Herdeiro da doutrina oriunda de Platão, conforme a qual a distinção entre realidade e ilusão existente no campo científico também deve valer no campo político, ele assim se impediu de pensar o papel da imprensa na abertura da consciência à discussão pública e, por aí, sua capacidade de engajamento do indivíduo na vida política.

Concluindo que a opinião pública é uma crença fundada em uma “falsa filosofia” e que a mesma “tende a estereotipar o pensamento à luz do que nos ensina a experiência” (p. 190), ele apenas abriu caminho para acabar vendo no mercado a solução do problema da racionalidade política na grande sociedade e, assim, para fazer as pazes com o capitalismo, do qual ele de início dissentira, ao contrário, como veremos agora, do que ocorreu com John Dewey.

3. Dewey – o público em eclipse

John Dewey (1859-1952) foi um liberal progressista que, provocado por estas teses, reagiu reflexivamente à crise da democracia e aos sinais de avanço dos movimentos tecnocráticos e totalitários, evoluindo para posições muito críticas a respeito do

desenvolvimento da sociedade americana nas primeiras décadas do século passado. Em vários sentidos, ele propôs uma análise dos problemas da esfera pública e resumiu um entendimento do papel da comunicação na sociedade que, em essência, antecipam a elaboração dada aos assuntos por Habermas, que o desconhece, em *Mudança estrutural da esfera pública* (1962) e *Teoria da ação comunicativa* (1981).

Dewey escreveu sobre o assunto em resposta a Lippman, reafirmando criticamente a crença liberal no poder emancipatório da formação intelectual da consciência individual, contra o dirigismo político e intelectual, senão a defesa tecnocrática do governo baseado no emprego da *publicity* governamental como meio de relacionamento com a sociedade sustentada, durante um período, por seu contemporâneo.

Para ele, Lippman “contribui para a técnica do governo democrático [na atual hora], em vez de ajudar a fazer a crítica de amplo alcance da mesma” (Dewey [1928] 1998, p. 218). O autor teve o mérito de discutir o “desafio fundamental da democracia”, que é o da participação política da população. Porém, tomou o partido da inteligência organizada, sem ver que, no capitalismo, não há futuro para aquela, “sem que, ao mesmo tempo, haja um esclarecimento e instrução da opinião pública popular” (Dewey [1922] 1998, p. 344).

O problema da democracia de massas não é a falta de conhecimento especializado entre esta última, mas uma situação que perverte a função formadora da consciência pública pertencente à imprensa e impede as massas de se educarem como coletivo de cidadãos. O governo orientado por experts e tecnocratas por algum tempo defendido por seu interlocutor não passa de um “sonho entretido pela classe intelectual, em compensação pela sua impotência diante do atual divórcio entre teoria e prática [na democracia]” (Dewey, [1927] 1993, p. 205).

Desde o ponto de vista político, a existência de massas despolitizadas em meio à democracia é, sem dúvida, um problema, que, todavia, não seria resolvido com a instauração de um governo de tecnocratas ou intelectuais, porque, num regime democrático, este governo só seria viável se eles se aliassem ou à oligarquia econômica ou às massas idiotizada (p. 206). “Nenhum governo de experts no qual as massas não tenham a chance de informar

os experts acerca de suas necessidades pode ser algo diferente de uma oligarquia manejada no interesse de uma minoria” (p. 208).

Os problemas do mundo não costumam ter origem nas massas mas nas iniciativas políticas de suas lideranças. O fundamental em relação ao público não é o caos epistêmico que o mundo determina. O essencial é que se desenvolvam os métodos e condições do debate e persuasão para aquele agir: “este é o problema do público” (p. 208). O público não se tornou fantasmagórico por causa da perda de experiência concreta e imediata de parte do homem contemporâneo. O fato é “um efeito necessário do atual sistema econômico sobre o conjunto do sistema de publicidade, sobre o julgamento do que é notícia, sobre a seleção e a eliminação do material publicado, sobre o tratamento das notícias nas colunas editoriais e informativas” (Dewey, [1935] 2004, p. 208).

Segundo Dewey, o resultado da concentração do poder econômico em condições de alto desenvolvimento tecnológico é o colapso de democracia baseada no pequeno negócio e no velho individualismo. As instituições democráticas surgiram com base na pequena propriedade e na indústria agrícola, mas isso começa a mudar com a extensão territorial e a interligação em segundo nível, que as mandam “para além dos limites da comunicação face à face”. No século XX, os negócios adquiriram uma espécie de mente supraindividual que, criando uma linguagem e estilo de vida, “determina o tom da sociedade em grande escala tanto quanto o governo da sociedade industrial” (Dewey, 1930, p. 60).

O autor radicalizou seu discurso político, conforme foi amadurecendo política e intelectualmente. A liberdade de imprensa se torna problemática como elemento formador da opinião pública, conforme os jornais se convertem em grande negócio objetivando o lucro privado. O público para o qual o empresariado do ramo se sente responsável é, no máximo, aquele criado pelo sistema econômico existente. Os jornais, sim, refletem o estado da consciência pública, mas este estado é, antes, um efeito do sistema social. Como a leitura ligeira, a demanda por distração e diversão não é algo espontâneo ou natural, mas o produto de uma época em que a concentração do poder político e econômico favorece a exoneração

da cidadania e, assim, o esvaziamento da formação política da consciência pública ([1935] 2004).

A Grande sociedade invadiu e destruiu parcialmente a vida comunitária, sem criar agências capazes de canalizar os fluxos de ação política de modo a permitir a devida formação e participação do público. “Os públicos estão amorfos e desarticulados” (Dewey, 1927, p. 131). A complexidade dos fatores envolvidos na política repele o grande público, tudo é intrincado, salvo os slogans e palavras de ordem que são bem explorados politicamente. Surgiu uma nova era de integração social, baseada em motivos materiais e pecuniários, que, em vez de uma personalidade harmoniosa e equilibrada, gera uma bitolada, padronizada pelos critérios corporativos de existência ([1930] 2008, p. 64-65).

Exceto por algum acaso, “a imprensa se tornou órgão para a diversão de um lazer apressado”, contribuindo para “a formação de um coletivismo mental promovido por métodos de massa” (p. 61). A privacidade está regredindo, a medida em que somos expostos “ao maior fluxo de sugestão em massa que algum povo já experimentou” (p. 61). A notícia passou a servir à propaganda, agenciando um processo de integração corporativa da opinião e ação coletiva. “Alguns indivíduos resistem, mas, por algum tempo ao menos, o sentimento pode ser manufaturado por métodos de massa para seja lá que pessoa ou causa for” (p. 62).

O público caiu na apatia e indiferença em relação aos assuntos que deveriam ser propriamente os seus, mas isso não se deve à nossa incapacidade de elaborar a experiência, como pretende Lippmann. Assim ocorre porque a cultura se deixou colonizar por motivos materiais aquisitivos, que penetram nos meios de formação da consciência, inibindo o conhecimento público. O rebaixamento da consciência pública e a desorientação intelectual entre as massas a que os estereótipos respondem se originam do avanço do poder econômico em detrimento das instituições democráticas. Os problemas da democracia em nosso tempo não têm origem na tecnologia ou no industrialismo, mas no padrão social e econômico em que ambos se desenvolvem, determinado por “um regime que define a

habilidade e iniciativas individuais pelo sucesso em conduzir os negócios apenas para dar dinheiro” (p. 84).

Apesar disso, a situação comporta possibilidade de reversão e avanço democrático. O pragmatismo da vida cotidiana se enraíza essencialmente nas relações objetivas entre os seres humanos, mantendo-se, em última instância, aberto à transformação libertadora (p. 82). O problema do eclipse do público pode ser enfrentado com a criação de uma grande comunidade, via uma ação política apoiada no emprego criativo dos meios jornalísticos, na apropriação democrática dos meios de propaganda e no desenvolvimento de um novo processo de comunicação.

Contrariamente ao defendido por Lippmann, as massas não precisam dispor de meios de saber e pesquisa especializados, para desenvolver a consciência pública e viver em um regime democrático. O essencial é, antes, cultivar “a habilidade de julgar o peso do conhecimento sobre problemas comuns que outros nos estão fornecendo” (Dewey, 1927, p. 209). O jornalismo público, aberto e responsável, a reportagem objetiva e direta, mas interessada e bem elaborada têm nisso importante papel: cabe a ele, em parte, formatar esses problemas para a deliberação pública.

O profissionalismo responsável e a independência intelectual por parte dos jornalistas deveriam convergir com o fomento de uma educação voltada para logarmos o desenvolvimento da consciência cívica e engajada entre as massas (p. 184) – ainda que a saída do público de seu eclipse, em última análise, não tenha garantia teórica, exija ou dependa da encampação desta e de outras ideias por um movimento cívico corajoso, organizado e criativo (p. 107-108).

Fica de nossa parte a dúvida se o tempo presente, apesar de agora dispor do aparato, comporta os recursos humanos e condições objetivas para tornar isso tudo factível, concretizar o que o autor apresenta como a utopia da comunicação e exorcizar o juízo negativo a respeito da opinião pública na democracia de massas proferido por Walter Lippmann (cf. Gentili, 2005).

Referências

- CREEL, George. **How we advertised America**. Nova York: Harper, 1920.
- CZITROM, Daniel. **Media and the American mind**. Chapell Hill: University of North Carolina, 1982.
- DEWEY, John. Review of Public Opinion [1922]. In **The middle works** Vol. 13. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, 1998
- DEWEY, John. Review of The Phantom Public [1927]. In **The later works** Vol. 2. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, 1998.
- DEWEY, John. **The public and its problems**. Nova York: Holt, 1927.
- DEWEY, John. Individualism old and new [1930]. In **The later works**. Vol. 5. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, 2008.
- DEWEY, John. Our un-free press. In Robert McChesney & Ben Scott (orgs.) **Our un-free press**. Nova York: New Press, [1935] 2004.
- EWEN, Stuart. **PR! A social history of spin**. Nova York: Basic Books, 1995.
- GARY, Brett. **The nervous liberals**. Chicago: University of Chicago, 1999.
- GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madri: Taurus, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: TB, [1962] 1984.
- LIPPMANN, Walter. **Drift & Mastery**. Madison (WS): University of Wisconsin, 1914.
- LIPPMANN, Walter. **Liberty and the news**. Nova York, Harcourt, Brace & Howe, 1920.
- LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. Nova York: Free Press, [1922] 1965.
- LIPPMANN, Walter. **The public phantom**. New Brunswick(NJ): Transaction, [1927] 1993.
- SCHUDSON, Michael. The ‘Lippmann-Dewey debate’ and the invention of Walter Lippmann as an anti-democrat. In **International journal of communication** 2 (1031-1042) 2008.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**. Nova York: Basic Books, 1978.

SLICHAL, Slavko. **Public opinion**. Lanham (MA): Rowman & Littlefield, 1999.

SPROULE, Michael. **Propaganda and democracy**. Nova York: Cambridge University Press, 1997.